

Título do capítulo

CAPÍTULO 8

**FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL
NO BRASIL**

Autores(as)

Constantino Cronemberger Mendes
Miguel Matteo

DOI

Título do livro

**ECONOMIA REGIONAL E URBANA: TEORIAS E MÉTODOS COM
ÊNFASE NO BRASIL**

Organizadores(as)

Bruno de Oliveira Cruz
Bernardo Alves Furtado
Leonardo Monasterio
Waldery Rodrigues Júnior

Volume

Série

Cidade

Brasília

Editora

Ipea

Ano

2011

Edição

ISBN

978-85-7811-110-6

DOI

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2011

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL

Constantino Cronemberger Mendes*

Miguel Matteo**

INTRODUÇÃO

O que faz da economia *espacial* (*regional e locacional*) uma disciplina específica dentro da ciência econômica? Quando e como surgiram os fatores que a delimitaram como uma nova área, dotada de uma abordagem analítica original? Quais os elementos conceituais, teóricos ou técnicos (metodológicos) específicos desse novo campo analítico? Quais os objetos e objetivos específicos que orientam seu estudo? Essas e outras questões foram respondidas ao longo dos últimos capítulos.

A preocupação principal neste capítulo é: como essas questões podem ser incorporadas ao ambiente brasileiro? Em outras palavras, como se deu a formação da análise econômica espacial no Brasil? O ponto mais importante neste capítulo é demonstrar em que momento e de que forma se deu a estruturação de um pensamento regional brasileiro e como ele evoluiu, em torno de uma área a que pode ser atribuída a existência de uma nova ou, pelo menos, diferenciada base analítica, ou seja, constituída de história, dados (estatísticas) e *teoria* específica (SCHUMPETER, 1964, p. 34). Esse será o objetivo maior desse capítulo.

Ele está organizado em mais quatro seções, além desta introdução: a primeira trata da diferenciação entre os componentes micro e macroeconômicos da economia espacial, nas formulações dos pensadores da economia internacional, e traz essa discussão para a formação de um pensamento econômico regional brasileiro.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. Correio eletrônico: constantino.mendes@ipea.gov.br.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dirur do Ipea. Correio eletrônico: miguel.matteo@ipea.gov.br.

A segunda seção apresenta a evolução do pensamento de Celso Furtado, desde sua formação como membro da Força Expedicionária Brasileira (na qual acompanha a destruição e posterior reconstrução da Europa, na Segunda Guerra) até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A terceira seção mostra a evolução do planejamento regional do Brasil, da criação da Sudene (e de algumas iniciativas anteriores a ela) aos dias atuais, enquanto na última seção são tecidos alguns comentários à guisa de conclusão.

1 A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO REGIONAL BRASILEIRO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O debate de ideias econômicas no Brasil, que nos remete ao início do século XIX, pode ser entendido a partir da prevalência e da aceitação dos preceitos teóricos clássicos e liberais do comércio internacional, particularmente das *vantagens comparativas* de David Ricardo (1772-1823). Nesse contexto histórico, a análise da economia primário-exportadora brasileira, na época migrando para a predominância da cultura do café, era respaldada no *modelo clássico* de especialização produtiva internacional. Ao mesmo tempo, no âmbito interno brasileiro, e de forma menos evidente do ponto de vista dos elementos teóricos clássicos, ocorria uma reorganização da estrutura social e produtiva nacional. As regiões Sul e Sudeste constituíam a nova área dinâmica, em detrimento das regiões Norte e Nordeste do país, baseadas em outros produtos primários anteriormente predominantes (açúcar, algodão, borracha, entre outros).

Nesse período, as principais fontes de recursos internos para a adoção de políticas públicas, capazes de incentivar a economia nacional, eram provenientes de receitas tributárias advindas de impostos de importações e exportações. As tarifas e taxas adotadas no país, porém, eram usadas mais como *política fiscal* do que propriamente como mecanismo de proteção à produção nacional ou de instrumento de estímulo à estrutura produtiva nacional. O objetivo maior da política nacional era estimular a produção e a exportação do produto primário principal da época, o café. O Estado atuava a favor das *leis do mercado*, mas ao mesmo tempo crescia o hiato entre esse modelo liberal e a realidade internacional que refletia diferenças cada vez maiores entre os países¹. Do ponto de vista interno, o mesmo modelo não dava conta das distorções crescentes entre as estruturas produtivas regionais, em face da dinâmica econômica e das ações políticas cada vez mais concentradas na região Sul-Sudeste.

1. Maddison (2001) e Milanovic (2005) mostram que entre 1820 e 1913 a distância entre as regiões do mundo passa de 3:1 para 9:1. Essa divergência nacional, entre países, acentua-se significativamente depois da Segunda Guerra Mundial, chegando em 1950 a 15:1 (*apud* Agarwala e Singh, 2010, p. 12).

Os casos clássicos considerados exceções a esse domínio liberal nas Américas e na Europa, no século XIX, foram Estados Unidos e Alemanha, que, com a adoção de políticas protecionistas explícitas para favorecer a industrialização – advindas da ação (política) de personagens como Alexander Hamilton (secretário do Tesouro americano) e Otto von Bismarck (chanceler alemão), respectivamente, baseando-se em pensadores como Daniel Raymond (EUA) e Friedrich List (Alemanha) –, foram precursoras de uma mudança de padrão no modelo econômico liberal predominante, com efeitos, inclusive, na ordem mundial do pós-Primeira Grande Guerra.

O caso americano é o mais adotado como referência, inclusive para efeito de comparação com o Brasil, na época, consideradas economias *similares* (FURTADO, 2009). A lei tarifária americana de 1816 impôs taxas de importação em torno de 35% a quase todos os bens manufaturados estrangeiros, com o nível tarifário médio dos bens manufaturados próximo aos 40% até os anos 40 desse século, apoiado na nova lei de 1832 (CHANG, 2004, p. 52). Segundo Chang (*op. cit.*, p. 56), a vitória do Norte, na Guerra de Secessão [1861-65], permitiu aos Estados Unidos continuarem sendo os mais obstinados adeptos da proteção à indústria nascente até a Primeira Guerra Mundial – e mesmo até a Segunda – com a exceção da Rússia no início do século XX. Ainda, do ponto de vista regional, a criação do TVA (Tennessee Vale Authority), em 1933, como parte do New Deal, implantou naquele país uma nova sistemática de planejamento com o objetivo de desenvolvimento nessa região composta por seis estados americanos².

No caso brasileiro, a defesa do papel do Estado, da industrialização e do planejamento econômico se deu somente a partir do primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) apoiado em torno de um debate entre três linhas *teóricas* e de *ações heterodoxas* distintas (BIELSCHOWSKY, 2004): *i*) a privada: com a defesa de objetivos desenvolvimentistas atrelada a uma ação empresarial privada nacional (Roberto Simonsen); *ii*) a internacionalista: pautada em princípios teóricos liberais a partir de um atrelamento ao capital externo (Roberto Campos); e *iii*) a nacional: que defendia uma base teórica estruturalista, no sentido de criar um modelo *capitalista* nacional próprio, autônomo (Celso Furtado).

A controvérsia Simonsen-Gudin nos anos 1944-1945 (IPEA, 2010) coloca, no Brasil, os dois caminhos opostos passíveis de serem escolhidos dentro do debate teórico e econômico e de atuação política: a liberal (mercado) – de crescimento (Gudin-Bulhões) ou a intervencionista (Estado) – desenvolvimentista. Dos três modelos industrialistas ou desenvolvimentistas nacionais, o único que

2. Chang (2002, p. 17) cita uma passagem de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, aconselhando os Estados Unidos a não caírem na tentação de promover sua indústria nascente. Ele como Jean Batiste Say consideravam a nação [americana] fadada a depender da agricultura (*idem, ibidem*).

considerou a questão regional de forma consistente foi o último (FURTADO, 1959). A análise econômica *regional brasileira* surge, assim, em paralelo ao debate *desenvolvimentista* no país, nos anos 1940, que compreende o embate entre diferentes correntes de pensamento em nível internacional e nacional.

1.2. DA MICROLOCALIZAÇÃO À MACRORREGIONALIZAÇÃO

A *economia espacial* é contemporânea da *economia do desenvolvimento*. Ambas surgem no contexto das críticas ao marginalismo (*micro*) neoclássico, no final do século XIX, e de uma releitura do novo campo analítico da *macroeconomia keynesiana*³, no início do século XX. Todas essas novas áreas econômicas são sistematizadas de forma mais robusta em meados do século XX, particularmente após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945).

A economia do *desenvolvimento* pode ser decomposta em dois campos distintos: de *crescimento* e de (*sub*)*desenvolvimento*. As duas abordagens procuravam entender o fenômeno da desigualdade econômica entre países, nesse período de transição, advinda de constatações empíricas em termos de diferenciais de produto e da renda entre países. O primeiro campo se constitui a partir de modelos de base ortodoxa (neoclássica) e liberal, com uma visão universalista dos fatores econômicos a ele subjacentes. A despeito do seu caráter macroeconômico, adotam microfundamentos tradicionais, com os artigos de Ramsey e, depois, de Solow e Swan, considerados como precursores modernos (BARRO e SALA-I-MARTIN, 1995).

O segundo campo, de base macroeconômica e intervencionista, tem uma visão de diferenciação dos fatores subjacentes ao desenvolvimento, não apenas econômicos, mas também sociais e políticos entre os países, e fazem uso de fundamentos keynesianos, adaptados a um horizonte de longo prazo. Essa abordagem se apoia, entre outros, nos conceitos de excedente de mão de obra (e não escassez) e de heterogeneidade setorial-estrutural (e não homogeneidade), tendo os artigos de Manoilescu e Rosestein-Rodan como precursores modernos (AGARWALA e SINGH, 2010).

A economia *espacial* pode, também, ser decomposta em dois tipos de análises: a *regional* e a *locacional* (HADDAD *et al.*, 1989, p. 48). Ela tinha preocupação semelhante à do campo anterior em relação à questão da desigualdade e, a despeito de utilização de métodos semelhantes aos dos dois campos mencionados, foi concebida em moldes (teorias e modelos) distintos. A primeira, de cunho *macroeconômico*, trata das relações estruturais ou da organização das estruturas setoriais no espaço, utilizando conceitos e indicadores agregados. As primeiras contribuições de Lewis e Myrdal, por exemplo, se enquadram nessa área. A segunda, de conteúdo

3. Como observado por Lewis (*apud* Agarwala e Singh, 2010 p. 414), o keynesianismo, do ponto de vista dos países que contam com excedente de mão de obra, é apenas uma nota de rodapé do neoclassicismo.

microeconômico, utiliza as contribuições teóricas marginalistas ortodoxas. As primeiras contribuições de Von Thunen, Weber e Losch se enquadram nessa outra vertente espacial.

A análise *espacial* surge no Brasil, nesse contexto, com uma qualificação ou um diferencial em relação a suas características próprias, inicialmente, dentro de uma visão macroeconômica e desenvolvimentista internacional: a economia espacial brasileira se forma como uma análise *regional* do *subdesenvolvimento*. Diferentemente da sua formação em nível internacional, a economia espacial, no Brasil, nasceu *regional* e depois, a partir dos anos 1960, incorporou as análises *locais*⁴. Ao mesmo tempo, ela nasceu desenvolvimentista, mas dentro de uma abordagem particular.

O esforço em dar um tratamento mais formal (modelo teórico) à questão do *subdesenvolvimento latino-americano* é fundamentado em uma *análise estrutural*, a partir das contribuições de estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A análise do *subdesenvolvimento* ou do desenvolvimento *estruturalmente diferenciado* (Prebisch e Furtado), como uma abordagem distinta da economia do *crescimento equilibrado* (modelo Solow-Swan) ou de *etapas de transição* (Rostow), é lida de forma diferenciada com outras teorias ou modelos de desenvolvimento, nesse período: da *base de exportação* (North), *balanceado* (Rosestein-Rodan, Nurkse), de *causação circular* (Myrdal), de *polarização* (Perroux) ou de crescimento *desequilibrado* (Hirschmann). Todas essas abordagens surgem, porém, dentro da visão macroeconômica vigente, enfatizando, com exceção da primeira corrente, o papel do Estado via planejamento, gasto e investimento público, para a superação do subdesenvolvimento, no contexto das economias menos desenvolvidas.

A abordagem *regional* surge paralelamente a essa visão do *subdesenvolvimento cepalino*, também, com as suas especificidades quanto à noção de *tempo* (do abstrato ao concreto ou histórico) e ao caráter estrutural da organização social e produtiva *no espaço ou no território nacional vis-à-vis o local e (ou) a região*. A despeito de suas interfaces, trata-se de uma dimensão diferente (teoria e método diferenciados) da questão do (sub)desenvolvimento, em termos da análise do problema da desigualdade entre países e (ou) dentro deles e na concentração ou na distribuição dos níveis de produto e renda entre países e regiões. A análise regional, diferente daquela sobre subdesenvolvimento latino-americano, é fruto de uma construção essencialmente brasileira.

Nesse caso, as bases *históricas (no sentido concreto) e regionais* são associadas aos trabalhos pioneiros de Roberto Simonsen (1931; 1937) e seus *ciclos*

4. Uma hipótese dessa inversão é que o ensino da *ciência econômica*, em particular do instrumental (matemático) neoclássico, no país, estaria, na época, ainda, engatinhando.

econômicos regionais, Caio Prado Júnior (1943; 1945) e o *sentido da colonização* determinando um tipo particular de vida material e social no país. Mas, especialmente, a construção da base analítica *regional* própria, nos anos 1950, deve ser atribuída a Celso Furtado (2009), cuja disciplina se consolida como uma área de pesquisa *espacial* até os anos 1960-1970, complementada com abordagens *locacionais*, em bases microeconômicas⁵.

A economia *regional* do *subdesenvolvimento* surge, no Brasil, colocando a geografia (espaço e território) e a história como elementos analíticos diferenciados aos contemplados nas análises macro (keynesiana ou do desenvolvimento a partir do olhar de fora) e micro (locacional ou de crescimento). A análise regional brasileira pode ser considerada distinta da abordagem *keynesiana* (curto prazo), *desenvolvimentista* ou de *crescimento* (longo prazo) e microlocacional, pois não é pautada no tempo abstrato, mas atrelada a noção temporal e espacial *concreta* a partir de sua abordagem *histórica, estrutural e regional*.

No caso latino-americano, com a Cepal e os trabalhos de Raul Prebisch, a abordagem original com base na compreensão *estruturalista* da economia mundial cria um corpo teórico específico para países subdesenvolvidos *latino-americanos*. Os conceitos de centro e periferia, de deterioração dos termos de troca, e outros, compreendem e fazem parte desse esforço pautado numa análise de dualismo produtivo associado ao *padrão produtivo (setorial) diferenciado* das economias latino-americanas.

Os elementos analíticos principais da abordagem estruturalista cepalina (modelo estrutural de dois setores: industrial e primário-exportador, com trabalho excedente) são ampliados e incorporados à análise regional brasileira. Os trabalhos de Furtado revelam que o Nordeste (mas também o Norte e o Centro-Oeste) era uma *região* estruturalmente subdesenvolvida dentro de um *país* estruturalmente subdesenvolvido. Em particular, a *oferta elástica* de mão de obra combinada com o *monopólio* (concentração) do fator terra e o baixo nível de progresso tecnológico perfaziam os fatores principais da desigualdade regional brasileira. As linhas ou os elementos cepalinos de análise centro – periferia, de deterioração dos termos de troca e de outros conceitos do estruturalismo cepalino são, assim, adaptados a uma visão histórico-regional-estrutural do país.

Nesse ambiente, o *modelo* proposto por Celso Furtado surge dentro dessa nova estrutura analítica com uma originalidade metodológica, ao incorporar a história e a questão regional no modelo e no corpo teórico estruturalista cepalino. Mais especificamente, Celso Furtado deve ser considerado o precursor da análise regional do subdesenvolvimento brasileiro (MENDES e TEIXEIRA, 2004).

5. Conforme Haddad *et al.* (1989, p. 68), a análise empírica e teórica da localização teve como pioneiros no Brasil os professores Fernando de Oliveira Mota (1960) e Ruy Aguiar da Silva Leme (1965).

De um lado, ao absorver e confrontar as bases teóricas da macroeconomia e da economia do desenvolvimento e subdesenvolvimento internacional ao contexto latino-americano e nacional. De outro, reinterpretando os autores da linha internacional da economia espacial/regional, surgida também nessa época (Perroux, Lewis etc.) às especificidades brasileiras. Nesse novo ambiente em que a análise espacial atua de maneira específica e complementar ao modelo estrutural proposto pela Cepal, é possível perceber linhas analíticas nacionais próprias surgindo a partir dos países latino-americanos e do Brasil.

No livro *Formação Econômica do Brasil*, Furtado fundamenta sua análise própria para além de um método histórico-estruturalista (BIELSHOVISKY, 2004), numa abordagem histórico-regional-estruturalista (MENDES e TEIXEIRA, 2004). Primeiramente, por meio da leitura dos fundamentos econômicos da ocupação *territorial* do país (primeira parte) ou da formação do complexo *nordestino* (segunda parte, capítulo 11) ou da economia escravista *mineira* (terceira parte). Segue-se a gestação da economia *centro-sul* (economia de transição para o trabalho assalariado, na quarta parte) ou, ainda, da economia de transição para um sistema industrial (quinta parte), em que se consolida o complexo *central* industrial na região Centro-Sul em contraponto à economia *periférica* Norte-Nordeste. Entende-se isso como uma tentativa de criar um modelo-Brasil de desenvolvimento não apenas do ponto de vista analítico, mas também prático, via ação de políticas públicas, do Estado e do planejamento (nacional e regional).

Em função dos seus rebatimentos, essa nova leitura e metodologia original se diferencia da análise locacional, na construção de uma ação pública *regional*. É importante lembrar que foi a partir dessa visão *keynesiana-estruturalista* que se construíram e foram executados o Plano de Metas e a Operação Nordeste (Sudene) no período JK (1956-1960), tendo como base a Comissão BNDE-Cepal (1952-1953) e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (1954-1955). Em face dos maciços investimentos na infraestrutura e na indústria pesada que se concentravam na Região Sul-Sudeste, os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar (CANO, 2002)⁶. Assim, não só o diagnóstico regional era distinto, mas também a ação pública deveria ser aplicada em situações específicas, em termos de instrumentos adotados e de objetivos (metas) a serem perseguidos.

Reitera-se que a abordagem furtadiana não é uma mera aplicação adaptada da teoria, da metodologia ou do instrumental predominante nas teorias neoclássica, keynesiana ou de desenvolvimento internacionais. Apesar de consciente das suas importâncias, ela se afasta dessas referências teóricas ao propor e adotar

6. Em 1951 e 1952, eram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, que continham dados sobre as disparidades regionais. Pelos censos industriais de 1919 e de 1949, podia-se constatar que as taxas médias anuais de crescimento industrial foram de 7,9% em São Paulo e de 5,4% para o resto do país e que São Paulo concentrava entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção (CANO, 2002, p. 127).

um método histórico-estrutural-regional com papel específico fundamental no diagnóstico da realidade concreta do país, mais do que somente a preocupação na construção de modelo abstrato adaptado.

A utilização de dados estatísticos (muitas vezes estimados, em função de deficiências nas fontes disponíveis na época) servia menos para confirmar uma teoria preestabelecida do que para servir de contraponto empírico à análise concreta da realidade nacional. Em contrapartida, outras visões de pensadores nacionais defendiam a incorporação de modelos internacionais, tendo em vista a baixa criação teórica interna, ou mesmo devido à crença na universalidade dos modelos teóricos e matemáticos produzidos em academias de referência internacionais, efetuando-se os ajustes interpretativos, teóricos ou metodológicos, de variáveis ou de hipóteses específicas mais apropriadas à realidade nacional.

De certa forma, isso equivale ao observado por Schumpeter (1964, p. 35) :

ninguém poderá entender o complexo econômico de qualquer época, a presente inclusive, se não possuir uma visão adequada dos fatos históricos e senso histórico bastante, ou algo que pode ser classificado como experiência histórica... O relato histórico não pode ser puramente econômico, mas, antes, refletirá também os fatos institucionais...A maioria dos erros fundamentais cometidos em análise econômica [é devido] à deficiência de experiência histórica mais que a outra qualquer falha do equipamento econômico.

Sua tentativa de transformar esse método em um modelo teórico alternativo ao corpo teórico e instrumental neoclássico vigente e predominante, nos anos 1960 e 1970, com a publicação dos livros *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento* (1961) e *Economia do Desenvolvimento* (1975), não foi adiante, sendo insuficiente para contrapor os modelos teóricos mais ortodoxos, nesse momento migrando da *síntese neoclássica* (Samuelson) e dos avanços nos *modelos de Solow-Swan*, nos anos 1960 e 1970, para os *modelos de crescimento endógeno* de Romer e Lucas (BARRO e SALA-I-MARTIN, 1995).

O debate sobre a economia do desenvolvimento regional estava a partir daí pautada, no país, por duas abordagens: uma, baseada numa visão macroeconômica *interdisciplinar*, tendo Furtado como referência inicial, e outra, proveniente de adaptações das teorias econômicas de localização e dos seus modelos adaptados ao contexto nacional, com apoio de instrumental microeconômico.

A partir dos anos 1980, entra-se numa nova etapa da economia regional com a ascensão e preponderância analítica (nos termos de Schumpeter, 1964) de modelos *locacionais* bastante apropriados ao novo cenário do *neoliberalismo econômico*, a partir da crescente adoção de microfundamentos aos elementos macroeconômicos e da consequente defesa das ideias (políticas) associadas ao

Estado mínimo, à abertura comercial e financeira e à competição e eficiência econômica. Daí em diante, trata-se menos da formação da economia regional e mais de sua evolução e seus desdobramentos na nova ordem mundial que se processa (CROCCO e DINIZ, 2006), até a mais recente etapa com o surgimento da nova geografia econômica (KRUGMAN, 1991). Evolução essa que, sem dúvida, tem seus rebatimentos no Brasil, bem como na forma como se adapta internamente a análise econômica aos novos padrões internacionais e regionais de (sub)desenvolvimento. A análise regional padece, ainda, dessa dualidade entre uma visão microabstrata (*locacional*), afeita ao uso do instrumental neoclássico tradicional, e a visão macroconcreta (*regional*), associada a instrumentos mais heterodoxos já que envolvem uma interdisciplinaridade maior, para além de uma análise exclusivamente econômica.

2 ELEMENTOS PRINCIPAIS DA ANÁLISE REGIONAL FURTADIANA

A Europa saiu destruída da Segunda Guerra Mundial, e era imprescindível um esforço que levasse à sua reconstrução, que não se limitava a uma questão infraestrutural, mas que também possuía um forte componente institucional. Celso Furtado, em sua *Fantasia Organizada* (1997, p. 98), “estava convencido de que o fascismo era uma ameaça que pairava permanentemente sobre as sociedades democráticas. Como ignorar que as economias de mercado eram intrinsecamente instáveis e que essa instabilidade tenderia a agravar-se?”.

Além disso, a experiência de planificação econômica da então União Soviética demonstrava a possibilidade de se alcançar o pleno emprego, também em tempos de paz. Como se contrapor a essa ideia, no mundo capitalista?

Para Furtado (1997, p. 99), a solução para prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais que eram inerentes à economia de mercado seria “a introdução de uma dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação”. Essa ideia, a partir das experiências *keynesianas* levadas a cabo nos Estados Unidos antes da Guerra, pressupunha a intervenção direta do Estado na formulação de planos que dirigissem a economia de um país para os caminhos do desenvolvimento.

No caso brasileiro, o intervencionismo do Estado, desde 1930, forma aquilo que Bercovici (2003, p. 54) denomina “Estado Social, no sentido amplo”. A partir das ideias desenvolvidas na Cepal, de que o subdesenvolvimento era uma questão estrutural, e não uma fase do processo econômico que culminaria no desenvolvimento, passa-se a discutir a necessidade de industrialização do país, em sentido mais amplo. Um dos teóricos mais influentes para tanto era Perroux, com seus polos de desenvolvimento, com quem Furtado havia tido contato em sua passagem pela França (FURTADO, 1997, p. 120).

A concepção do Estado como promotor do desenvolvimento, coordenado por meio do planejamento, dando ênfase à integração do mercado interno e à internalização dos centros de decisão econômica, bem como o reformismo social, característicos do discurso cepalino, foram plenamente incorporados pelos nacional-desenvolvimentistas brasileiros (BERCOVICI, 2003, p. 55).

O Estado evolui, assim, de prestador de serviços a um agente responsável pela promoção do desenvolvimento. Em 1952 é criado programa de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico, na Cepal, com o enfoque de planificação, que “permitia ligar o funcionamento do sistema econômico a centros de decisão” (FURTADO, 1999, p. 246).

O ponto central das teorias de desenvolvimento elaboradas pela Cepal era a produção de Raul Prebisch, que falava de especificidade da economia latino-americana que, segundo ele, não seguia as premissas da teoria econômica elaborada nos países centrais: “uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalidade” (FURTADO, 1997, p. 154).

Para que os países periféricos se desvinculassem de uma ordem econômica mundial que os relegava a um segundo plano (como exportador de produtos primários), eles deveriam seguir o caminho da industrialização

El Estado planificador de la Cepal propone una intervención mayor que la sugerida por el modelo keynesiano porque sus objetivos no consisten solo en garantizar el pleno empleo e impulsar el crecimiento económico (cuánto producir), sino (...) reestructurar la economía para industrializarla (qué producir) (GURRIERI, *apud* BERCOVICI, 2003, p. 60).

Celso Furtado acreditava que a industrialização não servia unicamente para a absorção de mão de obra excedente, mas seria um catalisador do espírito de nacionalidade.

Já não se tratava de discutir sua oportunidade e conveniência, e sim de partir dela para liberar o país dos resquícios do passado colonial. (...) Nenhuma fatalidade respondia pelo atraso do país. Devíamos procurar suas causas na História, assinalar as motivações dos que, ocupando posições de mando, tomavam decisões. Cabia denunciar os interesses que estavam empenhados em subordinar a industrialização à reconstituição do velho sistema primário-exportador. Desenvolver o país, recuperar o tempo perdido, não era apenas o desafio: deveria ser a responsabilidade maior de quem pretendesse dirigi-lo (FURTADO, 1997, p. 166-167).

As duas ideias de Celso Furtado que tiveram maior significado no pensamento latino-americano, segundo ele mesmo, foram: a caracterização do subdesenvolvimento como uma conformação estrutural que tende a reproduzir-

se; e a ligação entre o perfil da demanda (esta sendo privilegiada na análise do processo de desenvolvimento), a tecnologia (e o coeficiente de capital implícito) e a repartição da renda (FURTADO, 1961).

A visão do subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento constitui a base para uma *análise regional* brasileira. O efeito do impacto da expansão capitalista no Brasil sobre as estruturas arcaicas nacionais variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. A resultante foi quase sempre a criação de *estruturas híbridas*, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. *Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo* (FURTADO, 1961, p. 161).

Sobre sua crítica à análise locacional, ainda em implantação no Brasil no início dos anos 1960, Furtado pontua a dificuldade em apresentar uma leitura nova sobre o subdesenvolvimento, pois

o estudante habituava-se a traduzir em termos de análise infinitesimal as relações básicas da atividade econômica, refugiando-se na atmosfera rarefeita das altas abstrações. Daí descia diretamente para a geografia econômica e para a descrição das instituições. Qualquer insistência em diferenças estruturais abria a suspeita de insuficiente assimilação do método científico em economia (FURTADO, *op. cit.*, p. 17).

Da ideia do *tempo abstrato*, na visão neoclássica, Furtado se apoia no tempo histórico, concreto, para analisar as características *regionais* diferenciadas da visão *locacional*, presente nos autores de fora.

A análise econômico-estruturalista da Cepal, sem dúvida, é precursora de uma abordagem própria do subdesenvolvimento latino-americano. Mas, Furtado considera que “a necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais em fases diversas de subdesenvolvimento levou-o a aproximar a análise econômica e o método histórico.” Ele estava convencido de que “o esforço mais necessário, no plano teórico, a ser realizado (...) consiste na identificação progressiva do que é específico de cada estrutura” (FURTADO, *op. cit.*, p. 19). No caso do Brasil, como dito anteriormente, a abordagem regional antecedeu a análise locacional, e Furtado tende a construir sua abordagem própria a partir de uma análise crítica dos estudos sobre o (sub)desenvolvimento e a economia espacial no mundo⁷.

7. Existem diversas passagens biográficas de encontros e referências de Furtado com autores da economia espacial, como Perroux e Byé, por exemplo: “As pesquisas que [Perroux] nessa época realizava conduziram-no à ideia de ‘polo de crescimento’, de tanta repercussão alguns anos depois” (Furtado, *A Fantasia Organizada*, p. 120).

O fato primordial é que Furtado estabeleceu um marco na construção teórica regional e na análise, histórica e empírica do (sub)desenvolvimento regional brasileiro. Sua originalidade não era apenas do ponto de vista analítico (teórico, histórico e empírico), mas também em termos de sua aplicação em políticas públicas. O GTDN, a Operação Nordeste e a Sudene são apenas alguns exemplos do início dessa transição das ideias para a prática das políticas públicas, fenômeno sempre presente na história desse grande pensador do (sub)desenvolvimento e da economia regional brasileira.

3 O PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL

O Estado brasileiro, desde os anos 1930, já havia investido na construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, e criado a Petrobras e o BNDE, de forma que a sua intervenção na economia (e no fomento à industrialização) não era novidade. Tampouco era novidade a reação dos que advogavam o papel de exportador de produtos primários para países como o Brasil, que tinham entre seus arautos Eugênio Gudín e Otávio Gouvêa de Bulhões.

A opção de Vargas pela via da industrialização é mantida em seu segundo governo, em que pesem as dificuldades no balanço de pagamentos e desequilíbrios estruturais. Ainda assim, a gestão de Osvaldo Aranha reforçou as finanças do Estado e os pesados investimentos em infraestrutura, o que fez com que a taxa de investimentos, em 1953, voltasse aos patamares de 1949 (FURTADO, 1999).

Mas a pressão contra o governo Vargas, que passava também pela iniciativa empresarial do Estado e a restrição aos capitais estrangeiros, provoca a queda de seu governo e o leva ao suicídio, e faz com que Gudín assuma o Ministério da Fazenda. A morte de Getúlio interrompe a ascensão da oposição conservadora, e vai permitir a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955.

Juscelino se elege contra a oposição conservadora a Getúlio Vargas e reassume o caráter de industrialização do país, que se vê reforçado com a construção da nova capital. Em seu plano de governo, depois cristalizado no Plano de Metas,

estavam calculadas metas referentes a todos os setores estratégicos, com explicação do esforço de investimento a ser realizado para que a produção interna satisfizesse as crescentes necessidades do país em energéticos, produtos siderúrgicos, químicos, celulose e papel, principais bens de consumo duráveis e não duráveis etc. (FURTADO, 1999, p. 293).

A indústria brasileira, nascida nos anos 1920, incipiente, basicamente substituidora de importações e orientada para o mercado interno, passa a ganhar um notável impulso nos anos 1950, mas sem perder ainda essas características. Opta-se por incrementá-la onde ela já existia, segundo a linha dos polos de desenvolvimento de Perroux, segundo o qual

a aparição de uma indústria nova ou o crescimento de uma indústria existente se difunde, o que faz com que, ao longo de grandes períodos, sejam espalhadas transformações que facilitam o surgimento de novas indústrias e a continuidade na difusão de inovações. No entanto, o crescimento não ocorre em todos os lugares, mas em polos de desenvolvimento com intensidades variáveis (BERCOVICI, 2003, p. 65).

Com o adensamento da atividade industrial em seu polo dinâmico, São Paulo, a tendência a acentuar os desequilíbrios com as diversas regiões do país, em especial a região Nordeste, é acirrada. A ideia de um planejamento da atividade econômica, em que a indústria deve ser o motor das transformações estruturais, traz também, de forma agregada, a necessidade de se planejar regionalmente o país, visando senão extinguir, pelo menos atenuar as desigualdades entre as regiões.

A partir de meados dos anos 1940, foram feitas algumas tentativas de promover determinadas regiões, como a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que delimitou uma região, a Amazônia Legal, e que era vinculada diretamente à Presidência da República. Em 1956 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste, também ligada diretamente à Presidência.

A região Nordeste também já possuía órgãos regionais antes da década de 1950, como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), de 1945, sucedâneo do IOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), cuja origem remonta a 1909, extinto por Arthur Bernardes nos anos 1920, e recriado após a Revolução de 1930. (BERCOVICI, 2003, p. 91 e 92).

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), de 1933 – que estabelecia cotas de produção para cada estado – e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de 1952, criado após a reforma bancária dos anos 1950, eram duas instituições que também tinham uma visão da totalidade da região.

A questão é que as ações dessas instituições sempre foram tomadas de forma isolada, sem um planejamento que definisse claramente seus objetivos, e, assim, ficavam à mercê de interesses políticos locais que conseguissem maior poder de pressão junto ao governo federal.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956, foi uma resposta do governo federal às tensões sociais e políticas surgidas nos anos 1950 no Nordeste, desde a formação das Ligas Camponesas até a eleição de governadores de oposição. Mas um entendimento do Nordeste como uma questão de planejamento para o desenvolvimento só começa a tomar corpo quando, em 1958, Celso Furtado assume a coordenação desse grupo (FURTADO, 1989, p. 37).

Na criação da Sudene, por Juscelino, em 1959, que cristaliza o extenso relatório elaborado pelo GTDN, estão colocados todos os elementos que vinham sendo desenvolvidos pela Cepal, para a transformação estrutural de um país (e de uma região dentro do país) subdesenvolvido. De fato, o plano de ação contido no referido relatório se estruturava em quatro diretrizes básicas:

- intensificação dos investimentos industriais;
- transformação da economia agrícola da faixa úmida, para aumentar a oferta de alimentos a serem consumidos localmente;
- transformação da economia das zonas semiáridas, para elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, incorporando as terras úmidas do Maranhão, para acolher os excedentes populacionais derivados da reorganização da economia do semiárido.

De acordo com Bercovici (2003, p. 98), “um dos principais problemas apontados pelo relatório era o fato de a política nacional de desenvolvimento estar agravando as desigualdades regionais”. Ou seja, uma política de desenvolvimento não poderia prescindir de uma política regional, pois não poderia reproduzir, em escala nacional, o mesmo tipo de relação econômica entre a periferia e o centro.

Vale lembrar que o plano contido no relatório do GTDN previa a integração da região com o polo industrial do Centro-Sul, de forma que a sua industrialização não interferisse naquela, que já estava em outra escala. Da mesma forma, as áreas de cultivo também seriam suporte para a industrialização nordestina, ao fornecer alimentos às áreas que sofreriam maior impacto de urbanização, decorrente das atividades industriais.

A Sudene, com sede na cidade do Recife, foi a primeira efetiva tentativa de, a partir de um plano de desenvolvimento, executar uma política regional. Seu conselho deliberativo, em que os governadores da região manifestavam a vontade regional, segundo Bercovici (2003, p. 109), “concretizava um federalismo regionalizado, tentando soldar os estados em um novo pacto federativo, de caráter regional, para refazer o pacto federativo nacional”. Estava implícita, aí, a preocupação de integrar o planejamento do Nordeste ao plano de desenvolvimento nacional, de anos antes.

A falta de condições políticas para os objetivos claramente reformistas do plano original que deu forma à Sudene, aliada às reformas de base do governo João Goulart, que recrudescia a transformação estrutural do país (com especial destaque para a reforma agrária), trouxe uma articulação conservadora que foi minando todas as reformas de base e levando de roldão as necessidades de transformação na estrutura fundiária, necessária para o projeto inicial do GTDN.

O golpe militar de 1964 força uma centralização do poder do governo federal, e desestrutura os órgãos autônomos de desenvolvimento regional, incorporados ao que viria a ser o Ministério do Interior, em 1967. Ainda segundo Bercovici (2003, p. 114), “Com a instauração do regime militar, voltou-se formalmente à situação pré-1959, com as políticas federais de desenvolvimento regional executadas por uma multiplicidade de órgãos superpostos, descoordenados e contraditórios”. A Sudene passa, de um órgão de planejamento, a um coordenador da iniciativa privada. A questão fundiária é absolutamente esquecida, e a questão da produção agropecuária se volta para o aumento da produtividade, o que não exigia nenhuma mudança profunda.

Assim como restringiu a ação da Sudene, o governo militar desorganizou todas as agências de planejamento regional, e as substituiu por organizações semelhantes ao novo papel da Sudene: em 1966 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam (juntamente com o Banco da Amazônia – Basa); em 1967 foi instituída a Suframa (totalmente desvinculada da Sudam), objetivando a criação de um polo industrial específico; em 1967 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – Sudecul; e ainda em 1967 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco.

No caso da Amazônia, o objetivo era claramente geopolítico, com a finalidade de integrar uma vasta porção do território brasileiro, assim como a Sudeco, em parte. Há claramente uma preocupação do regime em integrar o território brasileiro, mas não por meio de um planejamento para o desenvolvimento, e sim para coordenar projetos privados e frear as tensões trazidas pela desigualdade. A forte presença de inúmeros incentivos fiscais seria a mola mestra para que os capitais privados investissem nessas regiões. A ideia básica era que a desigualdade seria naturalmente eliminada com o crescimento econômico.

Após a edição de dois planos gerais, no governo militar (o PAEG, 1964/1967, que visava fundamentalmente reorganizar a economia do país, e o Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1967-1969), foram elaborados três Planos Nacionais de Desenvolvimento (o primeiro, de 1969/1974, o segundo, de 1974/1979, e o terceiro, de 1979/1985), com vistas a promover o desenvolvimento brasileiro com ações de médio e longo prazo.

O PND I tinha como objetivos principais o crescimento da economia, a redução inflacionária e a ampliação dos níveis de emprego (e achatamento dos salários), sem a menor preocupação com desigualdades regionais (ou sociais). O PND II, por sua vez, era um plano mais ousado: enfatizava a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção, a fim de conseguir uma sólida infraestrutura econômica, e estimulava grandes obras no setor da mineração para exportação (exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, extração de bauxita) e no setor energético.

Mas era importante sua priorização do desenvolvimento regional, embora condicionado também por razões geopolíticas (diminuir o peso excessivo da região Sudeste, de São Paulo em particular). De fato, após a concentração nesse estado (sobretudo em sua região metropolitana) entre 1955 e o início dos anos 1970, sua participação na economia e na atividade industrial começa a diminuir, em favor do crescimento da participação das regiões periféricas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (IPEA, 2009, p. 41).

Do ponto de vista geopolítico, o PND II completa um ciclo de integração do território nacional, que teve como marco a construção de Brasília no Planalto Central, e que obteve êxito ao remover obstáculos à expansão capitalista por todo o território, embora os desequilíbrios sociais (intrarregionais) tenham sido mantidos, e, segundo Furtado (2003), até ampliados. A lógica da localização das empresas transnacionais, de cujo capital dependia fortemente o avanço da economia brasileira, era microeconômica, e se sobrepunha às tênues tentativas de planejamento territorial. Ocorre, com isso, uma incorporação de espaços produtivos (quase sempre financiados com incentivos fiscais), mas de forma que Pacheco (1998) chama de “fragmentada”.

O PND III vem na esteira de dois choques do petróleo, com a economia brasileira absolutamente desorganizada, e vira letra morta desde a sua concepção. Os anos 1980, que começam com a moratória de 1982 e passam pelo Plano Cruzado, de 1986, são os que compõem a chamada “década perdida”.

Os anos 1990 transcorrem sob a égide do Consenso de Washington, em que preponderam os ideais de câmbio flutuante, controle monetário rígido, facilidades para a mobilidade de capitais, abertura de mercados, privatizações e, consequentemente, redução das atribuições do Estado, que deve ser o mínimo indispensável, para regular e suprir as falhas de mercado.

Nesse ambiente institucional instável, agravado por uma reforma administrativa confusa, no governo Collor, à preocupação premente de controle da inflação todos os esforços se voltaram. O planejamento, em geral, volta-se para garantir a estabilidade da moeda, e o regional passa por momento de quase completo abandono. Mesmo as instâncias regionais e estaduais de planejamento (incluídas as de caráter metropolitano) também são praticamente desmobilizadas.

A Constituição de 1988 também tem influência decisiva para as instâncias de planejamento: de um lado, aumentam as atribuições dos entes municipais, uma resposta à centralização vista como herança dos governos militares; de outro lado, o Artigo 147 consagra a ideia de que o planejamento é impositivo para o setor público e indicativo para o setor privado (BERGIVICI, 2003, p. 206; IPEA, 2009, p. 48).

No entanto, segundo Bercovici (2003, p. 207), “a preocupação do constituinte de 1987-1988 foi a de modernizar os instrumentos orçamentários, buscando a integração entre planejamento e orçamento a médio e longo prazos”. Seguindo essa linha, na prática, o orçamento passa a ter importância na definição dos planos (o PPA, da forma como é executado, é um exemplo), e não o contrário.

Do ponto de vista dos municípios, na falta de um planejamento regional, cada um tomou seu caminho: formação de consórcios com municípios vizinhos; ações de *marketing* para atração de investimentos; políticas locais para a instalação de indústrias (isenção de IPTU, melhorias e doações de terrenos etc.), formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), entre outras formas de atuação. A ausência de um planejamento fazia com que essas ações não tivessem nenhum tipo de sinergia, uma vez que a soma das experiências locais não configura um planejamento regional.

A persistência da desigualdade fez com que, nos anos 2000, a questão do planejamento para o desenvolvimento e a questão regional fossem recolocadas na pauta de discussão dos problemas nacionais. No entanto, a desmobilização do aparato de planejamento na administração pública rende mais difíceis as tarefas, enquanto não se promove seu reequipamento.

Recentemente, dois programas começaram a recuperar a ideia de planejamento e desenvolvimento regional: o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração, e o Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em ambos, a questão de planejamento regional serve como um olhar sobre o conjunto do território do país, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais.

4 CONCLUSÕES

A economia regional nasceu como microeconomia locacional, com Von Thünen e Weber, no século XIX. Sua importância se deve a inserir o espaço no modelo teórico neoclássico, para além do tempo, mesmo que em nível abstrato. No início do século XX, observa-se a fase inicial da análise do desenvolvimento econômico, com ênfase no lado da oferta (Schumpeter), o advento da macroeconomia de curto prazo (Keynes), com foco na demanda, e a transformação da economia do desenvolvimento para uma visão de longo prazo e com a preocupação com o subdesenvolvimento. A (macro)economia regional do desenvolvimento surge, então, como abordagem alternativa à economia locacional.

A abordagem do desenvolvimento/subdesenvolvimento criada no mundo teve seu arcabouço específico com a leitura da Cepal, de Raul Prebisch e de Celso Furtado. Este trouxe a interpretação estruturalista cepalina para o Brasil, no início dos anos 1950, de forma específica ao incluir a história como elemento analítico complementar, reinterpretando o desenvolvimento brasileiro. De um lado, num contexto internacional, em linha com a interpretação cepalina; de outro, num contexto interno, em caminho original e precursor da economia regional do desenvolvimento.

O planejamento territorial brasileiro, que teve sua grande marca no GTDN e consequente criação da Sudene, viveu momentos de extrema importância, e outros de absoluto abandono. A importância dada, a partir dos anos 1980, a elementos microeconômicos, tira a importância de planos de desenvolvimento, de longo prazo, dos quais o planejamento territorial é parte indissolúvel. A partir da retomada, sobretudo na América Latina, da importância dos Estados nacionais para a formulação de políticas de desenvolvimento (ainda que sem um desenho de nação, como sustentava Furtado), o planejamento territorial passa a ganhar novas tintas. O problema, agora, passa a ser reequipar o Estado com recursos humanos que sejam capazes de levar a cabo a execução de planos de longo prazo, em que a regiões brasileiras sejam personagem principal.

A economia *locacional*, no Brasil, não encontrou eco em estudos nacionais até o início dos anos 1960, com seu desenvolvimento maior ocorrendo principalmente a partir dos anos 1980 e 1990, com a nova geografia econômica (KRUGMAN, 1991). Esta, proveniente da economia internacional, interpreta e integra os conceitos clássicos da geografia econômica tradicional em modelos matemáticos (macro) modernos, mas com grandes fundamentos microeconômicos, fruto dos avanços da convergência macro/micro desde os 1980, a síntese neoclássica moderna.

A economia regional brasileira, que iniciou com a leitura e o método de Furtado (1959), compreende até hoje uma leitura alternativa à abordagem locacional. Nesta, a forma teórico-analítica é fundamentada em princípios microeconômicos, na medida que sua abordagem se concentra suficientemente em técnicas estatísticas, econométricas e matemáticas. No caso da economia regional, de maneira distinta, a história, a organização social e produtiva, as instituições, a geografia, o ambiente e demais aspectos da sociedade *importam*.

Se, no primeiro caso, o rigor matemático padece de análises mais consistentes com a realidade regional, no segundo caso, a riqueza analítica perde sua robustez, na falta de um modelo teórico que consiga dar conta de relacionar causas e efeitos de todas as variáveis relevantes. Uma convergência entre as duas abordagens seria de grande valia para a compreensão do problema regional, bem como para a sugestão de ações políticas e de instrumentos que favoreçam o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic growth**. United States: McGraw-Hill, 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BERCOVICI, G. **Desigualdades regionais, estado e constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 1936.
- CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas-SP: UNICAMP, 2002.
- CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo-SP: UNESP, 2004.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2006.
- DOMAR, E. D. **Capital expansion, rate of growth and employment**. 1940.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 1933.
- FURTADO, C. **A economia brasileira**. 1954.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 1961.
- _____. **Economia do desenvolvimento**. 1975.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. Edição Comemorativa 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HADDAD, P. R. *et al.* **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza-CE: BNB, 1989.
- HIRSCHMANN, A. O. **National power and the structure of foreign trade**. 1945.
- _____. **The strategy of economic development**. 1958.
- INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL (ILPES). **Planificación Regional y Urbana em América Latina**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). A CF/88 e as desigualdades regionais. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; CASTRO, P. R. F.; MOTTA, D. M. (Org.). **A constituição brasileira revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas regional, urbana e ambiental**. Brasília: Ipea, vol. 2, 2010.

KUZNETS, S. S. **National income 1929-1932**. 1933.

_____. **Long-trem changes in the national income of the United States of America since 1870**. 1951.

LEWIS, W. A. **Economic problems of today**. 1940.

_____. **Principles of economic planning**. 1949.

_____. **Development with unlimited supplies of labour**. 1954.

_____. **The theory of economic growth**. 1955.

LIST, F. **The national system of political economy**. 1841.

MENDES, C.; TEIXEIRA, J. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. Brasília: Ipea, 2004. Texto para Discussão, n. 1051.

NURKSE, R. **Conditions of international monetary equilibrium**. 1945.

_____. **Problems of capital-formation in underdeveloped countries**. 1953.

_____. **Patterns of trade and development**. 1959.

OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. M. **História do pensamento econômico**. São Paulo-SP: Saraiva, 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1943.

_____. **História econômica do Brasil**. 1945.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. 1948.

ROSTOW, W. W. **Process of economic growth**. 1952.

_____. **Stages of economic growth**. 1960.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and business cycle**. 1912.

_____. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: USAID/Fundo de Cultura, vol. 3, 1964.

SIMONSEN, R. C. **Evolução industrial do Brasil**. 1931.

_____. **História econômica do Brasil 1500/1820**. 1937.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2010. 128 p.

SOLOW, R. M. **A contribution to the theory of economic growth**. 1956.